



Senhor Presidente da Câmara Municipal de Franca.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir o **Programa de Farmácias Credenciadas de Franca**, destinado a complementar o acesso da população aos medicamentos constantes da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), especialmente nos casos em que houver **indisponibilidade nas unidades de saúde da rede pública municipal**.

A proposta busca garantir ao cidadão **continuidade e integralidade no tratamento**, evitando interrupções terapêuticas que podem agravar quadros clínicos, gerar novas internações, aumentar custos ao sistema público de saúde e comprometer a qualidade de vida dos pacientes. Ao permitir que farmácias privadas, previamente credenciadas, realizem a dispensação mediante receita do SUS, o Município amplia a rede de acesso e oferece uma alternativa segura e regulamentada à população.

O credenciamento das farmácias seguirá critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando **regularidade profissional, integração eletrônica para conferência de dispensações, controle de preços e apresentação de relatórios periódicos**. Tais exigências garantem **transparência, rastreabilidade, fiscalização eficiente e segurança sanitária**, preservando o interesse público e o bom uso dos recursos municipais.

Além disso, o programa permitirá ao Poder Executivo firmar convênios e termos de compromisso com as farmácias participantes, definindo fluxo de atendimento, auditoria, forma de ressarcimento e demais mecanismos de controle, assegurando uma gestão responsável e sustentável da iniciativa.



A medida é plenamente viável sob o ponto de vista administrativo e orçamentário, uma vez que os ressarcimentos ocorrerão mediante comprovações formais e dentro dos limites previstos nas leis orçamentárias anuais. Trata-se, portanto, de política pública que promove **eficiência, agilidade e equidade** na assistência farmacêutica municipal.

Diante do exposto, o Programa de Farmácias Credenciadas de Franca representa um importante avanço para o fortalecimento do SUS no âmbito municipal, ampliando o acesso da população aos medicamentos essenciais, garantindo continuidade dos tratamentos e reforçando o compromisso desta Casa com a saúde e o bem-estar dos munícipes.

Assim, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



PROJETO DE LEI Nº /2026

Institui o Programa de Farmácias Credenciadas de Franca para cobertura complementar de medicamentos da relação municipal de medicamentos (REMUME) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município.

A P R O V A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Franca, o “Programa de Farmácias Credenciadas de Franca”, cujo objetivo é garantir a dispensação de medicamentos da REMUME por farmácias privadas credenciadas, nos casos de indisponibilidade nas unidades de saúde municipais, mediante receita do SUS.

Art. 2º Poderão participar do programa as farmácias sediadas no município que atenderem aos critérios de credenciamento expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e assinar termo de adesão com o Município.

Art. 3º São condições mínimas para credenciamento:

- I. estar regular junto ao Conselho Regional de Farmácia;



- II. manter registro eletrônico (integrado ou com interface) com a Secretaria Municipal de Saúde para conferência de dispensações;
- III. preço máximo a ser praticado conforme tabela municipal referenciada
- IV. atender aos pacientes encaminhados pelo SUS e apresentar relatório mensal.

Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênio ou termo de compromisso com cada farmácia credenciada, definindo: fluxo de atendimento, forma de pagamento, auditoria e exigência de comprovantes e relatórios.

Art. 5º O programa abrangerá os medicamentos constantes da REMUME municipal, bem como situações excepcionais definidas em ato próprio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º O Poder Executivo será responsável pelo ressarcimento à farmácia credenciada, em até 30 (trinta) dias após apresentação de documentos válidos, observando limite orçamentário definido em lei anual.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em 6 de fevereiro de 2026

Leandro Alves – O Patriota
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA
ESTADO DE SÃO PAULO
www.franca.sp.leg.br

